

MESTRADO EM DIREITO

ÁREA: POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E DESENVOLVIMENTO

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITOS SOCIAIS E EFETIVIDADE

PROFESSOR DR. FREDERICO BARBOSA

EMENTA:

As políticas públicas fazem inúmeras interfaces com o campo jurídico. Dialogam com a Constituição, com a legislação, com decretos, com portarias e instruções normativas. Também estabelecem estreita relação com os direitos constitucional, administrativo, tributário, financeiro, eleitoral etc. e são constituídas por um complexo arcabouço jurídico-institucional, formado por políticas setoriais, planos, programas, projetos, Planos Plurianuais (PPA's), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's), Leis Orçamentárias Anuais (LOA's).

Além disso, as políticas públicas se constituem como um campo de estudo específico, com múltiplas tradições teóricas, um campo epistêmico próprio e metodologias de análise empírica consolidadas. Nesse sentido, o curso pretende enfatizar a reflexão teórica e metodológica que estabeleça um diálogo entre as diversas modalidades de análise em políticas públicas e o campo do Direito.

PROGRAMA:

1. APRESENTAÇÃO

2. CONCEITOS E ABORDAGENS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dallari Bucci. M.P. Políticas Pública- Reflexões para um conceito jurídico, Ed. Saraiva_ UNISANTOS, SP, 2006.

Marques, E. & Faria, C. A. P. A política pública como campo disciplinar, Editora Fiocruz/Editora UNESP, RJ/SP, 2013.

3. MODELOS E MÉTODOS NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Bourdieu, P. O poder simbólico, Ed. DIFEL, Portugal, 1989.

Capella, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas, Brasília: Enap, 2018.

Lascoumes, P. & Le Gales, P. Sociologia da ação Pública, EdUFAL, AL, 2012.

Hall, P. & Taylor, R.; As três versões do neo-institucionalismo, LUA NOVA Nº 58— 2003;

Muller, P. A Análise das Políticas Públicas / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

Souza, C. Coordenação de políticas públicas. - Brasília: Enap, 2018. 72 p.

Tomazin, C. As Análises Cognitivas De Políticas Públicas: Uma Agenda De Pesquisa, Revista Política Hoje -Volume 27, n. 1.

4. APLICAÇÕES – ANÁLISES E AVALIAÇÕES SETORIAIS

Capella, A. C.N O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002), Tese, UFSCAR, 2005.

Colombo, D.G. A política pública de incentivo ao setor de informática no Brasil a partir da década de 90: uma análise jurídica, Dissertação, USP, SP, 2009.

Loureiro, M.R.& Abrucio, F.L.; Incrementalismo, negociação e accountability: análise preliminar das reformas fiscais no Brasil, Trabalho Apresentado no Grupo de Políticas Públicas da Anpocs (Gt 14) Anpocs. Caxambu/MG, Outubro de 2002.

Ollaik, L.G. A Implementação da Política Nacional de Museus e a Democratização de Acesso: Estudo Comparativo De Três Instrumentos Governamentais, Tese de Doutorado Brasília - DF Julho 2012

Pires, R.R.C. (Organizador), Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas /. - Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

Tápias, J. A trajetória da política de informática brasileira (1974-1991) – atores, instituições e estratégias, Tese, UNICAMP, nov. 1992.

5. DIREITOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Castel, R. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário, Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

Luciana Jaccoud (organizadora), Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo **IPEA, Brasília, 2005**

Kerstenetzky, C. L. O estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo / Celia Lessa Kerstenetzky. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

Esping-Andersen, Gosta. As três economias políticas do welfare state. IN: Lua Nova- Revista de Cultura e Política nº 24. São Paulo, CEDEC, 1991.

_____. O futuro do Welfare State na nova ordem Mundial, IN: Lua Nova- Revista de Cultura e Política nº 39. São Paulo, CEDEC.

Rosanvallon, P. A nova questão social: repensando o Estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

Sen, A. Desenvolvimento como liberdade, Cia das Letras, SP, 2002.

Wacquant, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos, Freitas Bastos Editora, RJ, 2001;

METODOLOGIA:

A disciplina tem como núcleo as discussões em sala de aula. Eventuais aulas expositivas visam ao esclarecimento e orientação das leituras e não a sua supressão

O material básico de cada aula será lido e sintetizado pelos alunos permitindo o domínio interpretativo e analítico de fatos e explicações históricas, portanto dos pré-requisitos para a participação oral e argumentativa em sala.

Esse material será eventualmente recolhido pelo professor a título de controle e avaliação da qualidade da leitura.

Serão propostos exercícios de estruturação de textos e de sínteses analíticas (resumos, exercícios, respostas a questionários, etc.).

Serão propostas, de acordo com a necessidade, metodologias participativas em forma de dinâmicas de grupos e oficinas.

AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados segundo os seguintes critérios:

a) Participação em sala de aula; b) Apresentação de fichas de leitura; c) Redação de documentos em grupo e d) Trabalho final individual;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bercovici, G. Constituição econômica e desenvolvimento – uma leitura a partir da Constituição de 1988, Malheiros Editores, SP, 2005. Cap. 1, 2, 3 e 4.

Berger, P.L. & Lukmann, T. A construção social da realidade, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1985.

Dulong, D. Moderniser la politique – aux origines de la Ve République, L'Harmattan, 1997. Dror, Y, A Capacidade de governar, Ed. FUNDAP, SP, 1999.

Esping-andersen, G. Politics against markets: The social democratic road to power. Princeton: Princeton University, 1985. 366 p.

Esping-andersen, G. Social foundations of postindustrial economies, Oxford UK, 1999.

Faure, A.; Pouillet, G.; Warin, P. (Ed.). Débats autour de la notion de référentiel: la construction du sens dans les politiques publiques. Paris: l'Harmattan, 1995.

Meny, Y., Thoening, Politiques publiques Presse Universitaire de France, 1985.

Merrien, F. L'Etat providence, Presse Universitaire de France, 1977.

Muller Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques : vers une sociologie politique de l'action publique. In: Revue française de science politique, 50e année, n°2, 2000

Passeron, Jean-Claude – O Raciocínio Sociológico – o espaço não popperiano do raciocínio natural, Ed. Vozes, RJ, 1995.

Perrety, B. L'évaluation des politiques publique, éditions La Decouvert, Paris, 2008.

Secchi, L. Políticas públicas – conceitos, esquemas de análise, casos práticos, CENGAGE Learning, , 2011.

Surel, Y. L'Etat et le livre – les politiques publiques du livre en France (1957-1993), L'Harmattan, 1997.

Torres, P. M. - La política de políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad, Série Políticas Sociales n. 93, CEPAL, 2004.